





HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Rua Doutor Augusto Viana, s/nº - Bairro Canela Salvador-BA, CEP 40110-060 - http://hupes.ebserh.gov.br

Contrato - SEI nº 22/2024

Processo nº 23534.014098/2024-35

TERMO DE CONTRATO № 22/2024, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES **HUPES/UFBA, RAÍZEN** (EBSERH). \mathbf{E} Α COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

CONTRATANTE: A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade Hospital Universitário Professor Edgard Santos, sediado na Rua Dr. Augusto Viana s/n, C.E.P. 40.110-060, Canela, Salvador, Bahia, CNPJ 15.126.437/0029-44, UG-155907, neste ato representada pelo seu Superintendente, José Valber Lima Meneses, matrícula funcional n.º1169191, nomeado por meio da Portaria nº 5, de 13 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2022 e por seu Gerente Administrativo, Rodrigo Machado Santos, matrícula funcional n.º 3356965, nomeado por meio da Portaria - SEI nº 317, de 08 de agosto de 2023, da Presidência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, publicada no Boletim de Serviço nº 1613, de 09 de agosto de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0);

CONTRATADA: Raízen Power Comercializadora de Energia Ltda, com sede na avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 11º andar, conjunto 111, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.777.004/0001-22, representada neste ato por Danielle Figueiredo Bustamente, CPF n.º ***.757.318-** e Natália Apolinário Mendes Garcia, CPF n.º ***729.288-**, conforme procuração apresentada nos autos;

Conforme Processo Administrativo n.º 23477.006844/2023-68, de acordo com o Pregão Eletrônico n.º 90007/2024, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), dos normativos internos da Ebserh, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é o fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição 1 1 de energia no mercado livre) a partir de 01/03/2025, com a finalidade de adquirir até 0,63 MegaWatt médio (MW Médio) de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) para atender às necessidades do Hospital Universitário Professor Edgard Santos HUPES/UFBA, de acordo com os submercados onde os hospitais estão situados, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

GRUPO	ITEM	UF	UNIDADE	Nº INSTALAÇÃO	DISTRIBUIDORA	SUBMERCADO DE ENERGIA	CONSUMO ANUAL TOTAL (MWh)	CONSUMO TOTAL (MWm)
3	3	BA	HUPES - UFBA	4204543	NEOENERGIA	NORDESTE	4.674,20	0,53
		BA	HUPES - UFBA	4203958	NEOENERGIA		308,60	0,04
		BA	HUPES - UFBA	4203957	NEOENERGIA		555,00	0,06

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. o Termo de Referência;

- 1.2.2. o instrumento convocatório;
- 1.2.3. a proposta da CONTRATADA;
- 1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO

2.1. O regime de execução, as condições de entrega e de recebimento do objeto estão definidos no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 90.275,36 (noventa mil duzentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos), perfazendo o valor total de R\$ 5.416.521,60 (cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil quinhentos e vinte e um reais e sessenta centavos), conforme tabelas abaixo:

	Instalação 4204543							
Item	Produto	Data de início	Data de Término	R\$/MWh (médio) SE/CO Com PIS e COFINS (PREÇO LICITANTE)	Quantidade (MWh Anual)	Valor Total		
3	3 FORNECIMENTO DE ENERGIA - MERCADO LIVRE DE ENERGIA - SUBMERCADO							
3.1		01/03/2025	31/12/2025	R\$195,62	3.895,17	R\$ 761.973,15		
3.2	Energia incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	R\$195,62	4.674,20	R\$ 914.367,00		
3.3		01/01/2027	31/12/2027	R\$195,62	4.674,20	R\$ 914.367,00		
3.4		01/01/2028	31/12/2028	R\$195,62	4.674,20	R\$ 914.367,00		
3.5		01/01/2029	31/12/2029	R\$195,62	4.674,20	R\$ 914.367,00		
3.6		01/01/2030	28/02/2030	R\$195,62	779,03	R\$ 152.393,84		
CUSTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA:						R\$ 4.571.834,99		

	Instalação 4203957								
Item	Produto	Data de início	Data de Término	R\$/MWh (médio) SE/CO Com PIS e COFINS (PREÇO LICITANTE)	Quantidade (MWh Anual)	Valor Total			
3	3 FORNECIMENTO DE ENERGIA - MERCADO LIVRE DE ENERGIA - SUBMERCADO								
3.1	Energia incentivada 50%	01/03/2025	31/12/2025	R\$195,62	462,50	R\$ 90.474,25			
3.2		01/01/2026	31/12/2026	R\$195,62	555,00	R\$ 108.569,10			
3.3		01/01/2027	31/12/2027	R\$195,62	555,00	R\$ 108.569,10			
3.4		01/01/2028	31/12/2028	R\$195,62	555,00	R\$ 108.569,10			
3.5		01/01/2029	31/12/2029	R\$195,62	555,00	R\$ 108.569,10			
3.6		01/01/2030	28/02/2030	R\$195,62	92,50	R\$ 18.094,85			
CUSTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA:						R\$ 542.845,50			

	Instalação 4203958								
Item	Produto	Data de início	Data de Término	R\$/MWh (médio) SE/CO Com PIS e COFINS (PREÇO LICITANTE)	Quantidade (MWh Anual)	Valor Total			
3	3 FORNECIMENTO DE ENERGIA - MERCADO LIVRE DE ENERGIA - SUBMERCADO								
3.1		01/03/2025	31/12/2025	R\$195,62	257,17	R\$ 50.307,59			
3.2	Energia incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	R\$195,62	308,60	R\$ 60.368,33			
3.3		01/01/2027	31/12/2027	R\$195,62	308,60	R\$ 60.368,33			
3.4		01/01/2028	31/12/2028	R\$195,62	308,60	R\$ 60.368,33			
3.5		01/01/2029	31/12/2029	R\$195,62	308,60	R\$ 60.368,33			
3.6		01/01/2030	28/02/2030	R\$195,62	51,43	R\$ 10.060,73			
CUSTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA:						R\$ 301.841,64			

- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
- 3.4. A forma, o prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 60 (sessenta) meses, com início em 01/03/2025 e encerramento em 28/02/2030, improrrogável.
- 4.2. A não manutenção da vantajosidade da contratação para a Ebserh poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.
- 4.3. O cronograma de execução está definido no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 155397

5.

Fonte de recursos: 1049A00005

Programa de Trabalho: 12302511340860000

Elemento de Despesa: 33903943 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA

Plano Interno: ECM400UCONT

Nota de Empenho: 2024NE000266

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Será exigida a prestação de garantia de execução na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

7.1. Será exigida a prestação de garantia do produto ou serviço na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas definidas no Termo de Referência, sendo que constitui especificamente obrigação da CONTRATADA conhecer os princípios, valores éticos e normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da Ebserh, assim como manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução contratual estão definidas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 10.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:
 - 10.2.1. de forma unilateral, assegurada, no regular processo administrativo, a prévia defesa com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis, por algum dos motivos previstos no art. 184 do RLCE 2.0;
 - 10.2.1.1. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
 - 10.2.1.2. A critério da CONTRATANTE, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no item anterior poderá ser reduzido ou ampliado.
 - 10.2.2. por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a

CONTRATANTE e para a CONTRATADA;

- 10.2.3. por determinação judicial.
- 10.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 69 do RLCE 2.0
- 10.4. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Encerramento ou Termo de Rescisão, será precedida, sempre que possível, de:
 - 10.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 10.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 10.4.3. indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATRIZ DE RISCOS

- 11.1. A Matriz de Riscos relacionada ao presente Termo de Contrato, que consta no Anexo 09 do Termo de Referência, define os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 11.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, apresentando as seguintes informações mínimas:
 - 11.2.1. o detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
 - 11.2.2. as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
 - 11.2.3. as medidas que estão sendo adotadas e as que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
 - 11.2.4. as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
 - 11.2.5. outras informações relevantes.
- 11.3. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão, a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.
 - 11.3.1. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.
- 11.4. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
 - 11.4.1. Fica vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.5. O Termo de Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que, a despeito de terem sido adotadas todas as medidas para sanar os efeitos do evento, a sua manutenção se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou for excessivamente onerosa.
- 11.6. A CONTRATADA declara:
 - 11.6.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e;
 - 11.6.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 11.7. Os fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão comunicados no prazo de 05 (cinco) dias úteis e decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA REAJUSTE
- 12.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual estão definidas no Termo de Referência.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA FISCALIZAÇÃO
- 13.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma definida no Termo de Referência.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. As regras a respeito da subcontratação do objeto são aquelas definidas no Termo de Referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 171 e seguintes do RLCE 2.0, bem como pelas regras definidas no Termo de Referência.
- 15.2. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANTICORRUPÇÃO

16.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANTINEPOTISMO

17.1. É vedada a utilização pela CONTRATADA, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7° do Decreto n. $^{\circ}$ 7.203/2010.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. As previsões relacionadas à proteção de dados pessoais estão definidas no Termo de Referência.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei $n.^{\circ}$ 13.303/2016, no Decreto $n.^{\circ}$ 8.945/2016, no RLCE 2.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei $n.^{\circ}$ 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO**

20.1. A CONTRATANTE deve providenciar a publicação deste instrumento, após formalizado, no Diário Oficial da União e no Portal da Ebserh, conforme art. 155 do RLCE 2.0.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
 - 21.1.1. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
 - 21.1.2. poderá ser admitida a adoção de mecanismos de solução pacífica de conflito relativos a direitos patrimoniais disponíveis, observando-se as disposições da Lei n.º 9.307/1996;
 - 21.1.3. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022;
 - 21.1.4. o procedimento para cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira seguirá, no que couber, o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME $\rm n.^{o}$ 53, de 8 de julho de 2020;
 - 21.1.5. o procedimento para cessão de crédito, de qualquer natureza, observará as regras definidas no Termo de Referência.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORO

22.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal na Seção Judiciária do Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Salvador, data da assinatura eletrônica

Superintendente EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES -FILIAL HUPES

Representante Legal RAÍZEN POWER COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

(assinado eletronicamente)

RODRIGO MACHADO SANTOS

Gerente Administrativo e Membro do Colegiado Executivo EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL HUPES

(assinado eletronicamente)

NATÁLIA APOLINÁRIO MENDES GARCIA

Representante Legal RAÍZEN POWER COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Natália Apolinário Mendes Garcia**, **Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de</u> outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Machado Santos**, **Gerente**, em 27/09/2024, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **José Valber Lima Meneses**, **Superintendente**, em 27/09/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Figueiredo Bustamante**, **Usuário Externo**, em 27/09/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?
https://sei/controlador_externo.php?
https://sei/controlador_externo.php?
<a href="https://sei/controlador_externo.php?

Referência: Processo nº 23534.014098/2024-35 SEI nº 42260134